

Um acordo necessário ameaçado pelo Congresso

Embora compreenda que o governo brasileiro não tem mais condições para implementar novas medidas necessárias ao enfrentamento da crise econômica, a comunidade financeira internacional vem dando seguidos sinais de que pode chegar a um entendimento com os atuais governantes. A condição é, simplesmente, que as autoridades brasileiras demonstrem ser capazes de evitar que a situação piore até a posse do futuro presidente.

Até mesmo os rigorosos técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) estão aceitando critérios mais flexíveis para a avaliação do desempenho da economia brasileira, com o objetivo de acertar um acordo provisório com o governo. Já em junho, quando da vinda de uma missão técnica do Fundo ao Brasil, estava acertada a mudança do critério para a aferição do déficit público. O cálculo desse déficit, feito anteriormente apenas pelo conceito operacional (que exclui as correções monetária e cambial), passaria a ser feito também pelo conceito primário (que, além das correções, exclui ainda os encargos da dívida pública).

Na semana passada, o governo brasileiro e o FMI acertaram a introdução de um novo elemento na avaliação do desempenho da economia brasileira. Trata-se dos agregados monetários, particularmente a base monetária (que é a soma do papel-moeda em circulação e das reservas bancárias) e os meios de pagamento (no conceito de M-1, formado pelo total do papel-moeda em poder do público mais os depósitos à vista nos bancos).

A importância da análise desses agregados reside no fato de que, se eles crescem muito, revelam que o governo está financiando seu déficit com emissão de moeda. Em outras palavras, para cobrir seus gastos excessivos o governo produz inflação, pois haverá mais dinheiro para comprar uma quantidade praticamente igual de mercadorias, cujos preços tenderão a subir generalizadamente.

A introdução desse critério ocorre num momento particularmente favorável para o governo. Nos últimos meses, a base monetária e o M-1 vêm crescendo menos do que a inflação, isto é, apresentam uma contração real, numa indicação de que, pelo menos do lado da moeda, o governo vem seguindo uma política rigorosa. Em julho, para uma inflação de 28,76%, a base cresceu 10,6% na média dos saldos diários e 8,7% no saldo do final do mês. A variação do M-1 foi de 9,9% na média e de 10,6% no final do mês.

A aceitação desse critério pelo FMI — uma generosidade, nas circunstâncias atuais — coincidiu com a visita ao Brasil do subsecretário do Tesouro norte-americano, David Mulford, principal idealizador do Plano Brady, de redução da dívida dos países do Terceiro Mundo. “As condições econômicas (do Brasil) estão melhorando e as perspectivas são muito boas”, disse Mulford, depois de conversar por mais de três horas com o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega.

Há cerca de dez dias, o diretor do departamento brasileiro do Banco Mundial, Armeane M. Choksi, disse em Washington que a instituição “continua a ter confiança nas perspectivas de desenvolvimento do Brasil a longo prazo”. Ele acabava de realizar uma viagem de duas semanas ao Brasil.

Outro visitante, o presidente do Citibank, John Reed, conseguiu identificar na economia brasileira alguns sinais positivos, como a manutenção das reservas cambiais num nível relativamente confortável (de US\$ 6,5 bilhões no final do mês passado), a correta utilização dos instrumentos de política monetária e até mesmo os pagamentos aos credores (na semana passada o ministro Mailson da Nóbrega informou que o Brasil já fez o pagamento de US\$ 812 milhões ao Clube de Paris, que estava atrasado desde julho).

Tanto Mulford como Reed entendem que o Brasil pode chegar a um acordo com o FMI ainda neste governo. Antes de viajar para cá, Reed conversara com o secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady, para que o governo norte-americano intercedesse junto ao FMI no sentido de fechar um acordo com o Brasil. Num encontro com empresários no Rio, Mulford admitiu que isso poderá ser feito.

Ao aceitar novos critérios, o próprio FMI dá indicações de que o entendimento é possível. Seja sob a forma de prorrogação do acordo firmado no ano passado, seja pela assinatura de um compromisso provisório, esse entendimento é indispensável para que o Brasil receba os financiamentos prometidos pelo Banco Mundial, pelo governo japonês, pelos bancos particulares e pelo próprio FMI e possa honrar os compromissos que vencem este ano (dos quais US\$ 2,3 bilhões em setembro).

O Brasil, diz o ministro Mailson da Nóbrega, está condicionando os pagamentos à manutenção das reservas num nível de segurança mínimo, mas não quer o enfrentamento com os credores. O subsecretário David Mulford, em resposta, diz que o país tem o direito de proteger as reservas, mas uma ruptura unilateral (uma moção) poderá custar seu afastamento do Plano Brady. O agravamento da situação brasileira no front externo, assim, não interessa ao país nem a seus credores.

Por essa razão, é inteiramente incompreensível a decisão da comissão mista do Congresso Nacional que examina o endividamento externo do país de aprovar um projeto de lei que propõe a suspensão de todos os pagamentos enquanto o Supremo Tribunal Federal examina a legalidade dos contratos da dívida brasileira. Uma decisão dessas pode desarticular tudo o que foi feito até agora.